

Diário do Legislativo de 16/05/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Paulo Pettersen

Vice-Líder: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Miguel Martini

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Cabo Morais

Vice-Líder: Pastor George

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pedro Pinduca

8) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

9) LIDERANÇA DO PSB:

Líder: Elaine Matozinhos

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

11) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

12) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Agostinho Silveira (PL)

13) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

14) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: João Leite (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo Brandão PMDB Presidente

Deputado Hely Tarquínio PSDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Sargento Rodrigues PSB

Deputado Antônio Genaro PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Miguel Martini PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente
Rodrigues

Deputado Ailton PSDB Vice-Presidente
Vilela

Deputado Alberto PFL
Bejani

Deputado Ambrósio PTB
Pinto

Deputado Pedro PPB
Pinduca

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite PSDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra PPB
Pinto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo Rezende PMDB Presidente

Deputado Agostinho Silveira PL Vice-Presidente

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Agostinho PSDB
Patrús

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ambrósio Pinto PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José PT Presidente
Hauelsen

Deputado João Paulo PSD Vice-Presidente

Deputado Anderson PMDB
Adauro

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Bené Guedes PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio PMDB
Andrade

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson PSB Presidente
Rezende

Deputado Durval PT Vice-Presidente
Ângelo

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos PSDB Vice-Presidente
Andrada

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo	PSDB	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB	Vice-Presidente
Deputado Adauto Anderson	PMDB	
Deputado Rêmolô Aloise	PFL	
Deputado Dilzon Melo	PTB	
Deputado Luiz Fernando Faria	PPB	
Deputado Rogério Correia	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira	PSDB	
Deputado Eduardo Brandão	PMDB	
Deputado Antônio Andrade	PMDB	
Deputado Sebastião Navarro Vieira	PFL	
Deputado João Pinto Ribeiro	PTB	
Deputado Gil Pereira	PPB	
Deputado Durval Ângelo	PT	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton	PL	Presidente
Deputado Fábio Avelar	PPS	Vice-Presidente
Deputado Andrade Antônio	PMDB	
Deputado Miguel Martini	PSDB	
Deputado Haueisen Maria José	PT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George	PL	
------------------------	----	--

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Anderson PMDB
Adauto

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Rogério PT
Correia,

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de PDT Presidente
Oliveira

Deputado Chico Rafael PSB Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB Vice-Presidente

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Djalma Diniz PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pedro Pinduca PPB

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis PPS Presidente

Deputado José Braga PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Elaine Matozinhos PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro PSD Presidente
Silva

Deputado Bené Guedes PDT Vice-Presidente

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado João Leite PSDB

Deputado Luiz Menezes PPS

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Maria Olívia PSDB

Deputado Márcio Kangussu PPS

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen PTB Presidente
Santiago

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Dinis Pinheiro PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Geraldo PMDB
Rezende

Deputado Amilcar PSDB
Martins

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia PSDB Presidente

Deputado Gil Pereira PPB Vice-Presidente

Deputado Márcio PMDB
Cunha

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Pastor PL
George

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando PPB
Faria

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Dinis Pinheiro PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Debates

1.2 - 152ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO DE DEBATES EM 14/5/2001

Presidência do Deputado Ailton Vilela

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Olinto Godinho - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Geraldo Rezende - José Henrique - Marco Régis - Maria Olívia - Rêmoló Aloise - Sávio Souza Cruz.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Ailton Vilela) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 15, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 152ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 9/5/2001

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Bilac Pinto

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Questão de ordem; existência de quórum para discussão - Discussão de Proposições: Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discurso do Deputado Kemil Kumaira; questão de ordem; discurso do Deputado Kemil Kumaira; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; questão de ordem; discurso do Deputado Sebastião Costa; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Piau - Pedro Pinduca - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, gostaríamos que fosse feita a chamada de verificação do número regimental.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas o há para a discussão da matéria constante na pauta.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais e do orçamento de investimentos das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer. Nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, a Presidência designa relator da matéria o Deputado Gil Pereira e indaga de S. Exa. se está em condições de emitir seu parecer ou se fará uso do prazo regimental.

O Deputado Gil Pereira - Este é o meu parecer, Sr. Presidente:

Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei Nº 14.696

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VII, c/c o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto parcial à proposição em epígrafe, que estima as receitas e fixa as despesas dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 178/2001, publicada no "Diário do Legislativo" de 3/2/2001.

Vencido o prazo da Comissão Especial para emissão de parecer, foi a proposição incluída na ordem do dia e este Deputado designado relator, nos termos do art. 141, c/c o art. 145 do Regimento Interno.

Fundamentação

A Proposição de Lei nº 14.696 estima as receitas e fixa as despesas para os Orçamentos Fiscal e de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001, observados os dispositivos constitucionais e os fixados na Lei nº 13.686, de 27/7/2000.

Na exposição de motivos, o Governador do Estado alega razões de ordem constitucional e de interesse público para a oposição do veto parcial à referida proposição, incidente sobre o art. 5º e seu parágrafo único e sobre os incisos 9 a 13, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 48, 49, 50, 59 a 62, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 82, 84, 86 a 90, 94, 95, 96, 99, 100, 107, 5, 17, 18, 19, 23, 35, 36, 40, 41 e 108, todos do Anexo VI, a que se refere o art. 8º.

Concordamos parcialmente com as razões apresentadas pelo Chefe do Executivo com base nos argumentos a seguir explicitados.

O art. 5º da Proposição de Lei nº 14.696 dispõe sobre o percentual e sobre a base de cálculo, incluídas as transferências financeiras decorrentes da Lei Kandir e as receitas da dívida ativa e de juros e multas de impostos, a serem aplicados no cálculo dos valores vinculados às ações e serviços públicos de saúde, em atendimento ao disposto na Emenda à Constituição nº 29, que estabelece percentuais provisórios e crescentes até o ano 2004, "in verbis":

"Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

⁶ Art. 77- Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

.....
II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea "a", e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;'. (Grifos nossos.)

Assim, o legislador enumerou de forma exaustiva os impostos que compõem a base de cálculo em questão, eliminando as receitas provenientes de transferências. Dessa forma, se a vontade legislativa presente nas regras do inciso II do art. 198 e do inciso II do art. 77 do ADCT, com a redação dada pelos arts. 6º e 7º da Emenda à Constituição nº 29, fosse computar os valores provenientes das transferências, teria de ser adotada a mesma técnica de redação utilizada no art. 212 da Constituição da República, que trata da vinculação de receitas para a manutenção e desenvolvimento do ensino, no qual consta a expressão "compreendida a proveniente de transferências".

Da mesma forma, as receitas provenientes da dívida ativa tributária e de juros e multa de impostos não se caracterizam como imposto, conforme definição estabelecida no Código Tributário Nacional, "in verbis":

"Art. 3º - Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada." (Grifo nosso.)

Nesse sentido, Aliomar Baleeiro ensina em Direito Tributário Brasileiro, atualizado por Misabel Derzi, 11ª edição, p. 671:

"Tolerou-se a distinção entre multa moratória e penalidade em tempos inflacionários, de alta instabilidade econômica, ou em tempos em que, anormalmente, os juros de mercado são especialmente atraentes. Nessas circunstâncias, a sanção - por meio de multas moratórias - visa a desestimular o contribuinte que prefere captar aqueles juros de mercados, antes de cumprir suas obrigações tributárias. Mas se já são cobrados aqueles juros, e até aquele limite, qualquer outra sanção pecuniária mais elevada, não importa a denominação que tenha, é penalidade, configurando uma punição sobre o patrimônio do infrator, com vistas a coibir o comportamento ilícito. Multa, qualquer que seja a adjetivação que lhe dê o legislador, é sanção de ato ilícito, penalidade. Aliás, o Código Tributário Nacional não distingue. Corretamente, chama de penalidades inclusive as multas moratórias, conforme parágrafo único do art. 134".

Ademais, interpretando-se as vinculações constitucionais para a educação e para a saúde de forma analógica, modalidade de interpretação expressamente admitida pelo Código Tributário Nacional, observa-se que a única receita incluída a maior na vinculação para o desenvolvimento do ensino são as transferências financeiras decorrentes da Lei Kandir. Em ambos os casos, não estão computadas as receitas de juros e multas de impostos e as receitas da dívida ativa, conforme se depreende da análise dos demonstrativos contidos no volume I da proposta orçamentária, páginas 121 e 124.

Em que pese ao exposto, o Colégio de Líderes apresentou emendas que distribuíram R\$20.000.000,00 para ações de saúde priorizadas no orçamento participativo, direcionando recursos para o Fundo Estadual de Saúde, para a FHEMIG, para a HEMOMINAS e para a SETOP. Tais emendas foram materializadas nos incisos 20, 38, 77, 91, 92, 93 e 101 a 106.

As emendas parlamentares que se converteram nos incisos 9 a 13, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 48, 49, 50, 59 a 62, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 82, 84, 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100 e 107 subtraem parcelas de recursos ordinários destinados ao Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND - e ao Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST. Dessa forma, as dotações orçamentárias do FIND e do FUNDIEST (Programas Proe-Indústria e Proe-Estruturação) foram reduzidas respectivamente em 74%, 44% e 19%, o que prejudicaria significativamente a continuidade da política de industrialização do Estado. A constatação fática da utilização do ICMS como um instrumento extrafiscal para fins desenvolvimentistas exige que o Estado mantenha ativos tais instrumentos a fim de concorrer de forma eficiente com os demais Estados da Federação. Ambos os fundos operam de maneira semelhante, ou seja, os financiamentos são liberados em parcelas mensais equivalentes a um percentual do valor recolhido pelo beneficiário e por um prazo definido no contrato. Cabe, então, ressaltar que a quebra do contrato, além de ferir um ato jurídico perfeito, poderá resultar, em longo prazo, em uma diminuição das atividades produtivas dos beneficiários e em uma conseqüente redução das receitas do ICMS. Ademais, cumpre salientar que, em conformidade com o art. 8º da Lei nº 12.228, de 1996, abaixo transcrito, que instituiu o FUNDIEST, o Estado ofereceu ações da CEMIG em garantia de determinados contratos.

"Art. 8º - Em projeto considerado de relevante interesse para o Estado, o Poder Executivo poderá outorgar garantia de natureza real ou fidejussória, que assegure ao beneficiário a liberação das parcelas objeto do contrato de financiamento".

Entretanto, discordamos do veto aos incisos 73, 75, 76, 79, 80 e 82, que destinam recursos adicionais para a UEMG e UNIMONTES. Assim, a proposição de lei pretende cumprir, já no exercício de 2001, o mandamento constitucional da vinculação de recursos para as universidades estaduais, nos termos do disposto na Emenda à Constituição do Estado nº 47, de 2000. Clara está a condição das duas universidades, especialmente a UEMG, que sequer foi implantada e, devido à carência crônica de recursos, vive uma situação de quase paralisação.

As emendas parlamentares que se converteram nos incisos 5, 35, 36, 86, 87, 88 e 108 cancelam recursos vinculados ou referentes a contrapartida obrigatória do Tesouro para recursos transferidos ao Estado e, conseqüentemente, contrariam o disposto no art. 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Assim, ao contrariarem dispositivo da LDO, os incisos tornam-se inconstitucionais pelo fato de não terem obedecido o mandamento constitucional da coordenação entre as leis do ciclo orçamentário previsto no art. 160, III, "a", da Constituição do Estado.

No tocante aos incisos 17, 18, 19, 23, 40 e 41, o efetivo cumprimento da prerrogativa parlamentar da apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento encontra limites no princípio constitucional da razoabilidade presente no art. 13 da Carta mineira. Com efeito, em um contexto macroeconômico de escassez de recursos públicos para investimento, não seria razoável a construção de empreendimentos isolados com a inobservância dos planos setoriais e da programação de obras que atendam a um número maior de municípios ou com recursos da anulação de dotações para obras urgentes e necessárias.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela manutenção do veto à Proposição de Lei nº 14.696, incidente sobre o art. 5º e seu parágrafo único e sobre os incisos 9 a 13, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 48, 49, 50, 59 a 62, 72, 84, 86 a 89, 90, 94, 95, 96, 99, 100, 107, 5, 17, 18, 19, 23, 35, 36, 40, 41 e 108; e pela rejeição do veto incidente sobre os incisos 73, 75, 76, 79, 80 e 82, todos do Anexo VI, a que se refere o art. 8º.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Kemil Kumaira.

O Deputado Kemil Kumaira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para discutir o veto à Proposição de Lei nº 14.696.

Questão de Ordem

O Deputado Kemil Kumaira - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma indagação, que poderá ser respondida oportunamente, quanto ao parecer lido pelo eminente Deputado Gil Pereira. Será que o Deputado conseguiu assinar esse documento, já que está contundido e não tem condições físicas necessárias para assinar com a mão direita? Um documento dessa natureza não pode ser assinado por outro Deputado, tampouco a assinatura pode deixar de conferir, se o Deputado assinar com a mão esquerda.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Kemil Kumaira que a contusão do Deputado Gil Pereira não o impediu de assinar o parecer. Além do mais, o fato de ele ter se

pronunciado, fazendo a leitura do relatório, que será publicado nos anais desta Casa, é mais do que suficiente para ficar registrado o seu parecer.

O Deputado Kemil Kumaira - Gostaria de justificar a minha preocupação, porque estou vendo o Deputado Gil Pereira contundido, sem condições de escrever com o braço direito e ele é realmente o responsável pelo que está escrito naquele papel, que é seu relatório. No meu entendimento, embora não conheça bem os termos da lei, um papel apócrifo não tem valor. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Reiterando o que já foi dito, a Presidência informa que o Deputado Gil Pereira após sua assinatura ao documento. Além do mais, ele teria amparo regimental, pelo fato de ter feito a leitura do seu relatório, que demonstra sua posição. Com a palavra, para continuar a discutir o veto, o Deputado Kemil Kumaira.

O Deputado Kemil Kumaira* - Muita coisa tem acontecido na Assembléia, principalmente no que tange à forma como a base de Governo tem se comportado em relação às matérias que vêm do Palácio da Liberdade.

Hoje, estamos tratando de uma matéria que, aparentemente, não diz respeito ao funcionamento da UEMG nem da UNIMONTES. As duas pertencem a nosso Governo e precisam de recursos para funcionar bem, para expandir seus cursos e melhorar a qualidade de ensino em suas faculdades. Esses recursos foram votados pelos Deputados na elaboração do orçamento para 2001.

O veto do Governador do Estado, relativo a 2% aprovados pelos Deputados, evidentemente prejudicará matérias subsequentes que discutiremos exaustivamente, com a presença de inúmeros universitários e professores convidados pela Oposição para cobrar do Governo do Estado uma posição condizente com as exigências do momento, para o fortalecimento das universidades brasileiras. Sem estudo qualificado, sem a profissionalização do jovem, não progrediremos, não nos desenvolveremos e, como homens públicos, não poderemos criar melhores condições para que os jovens tenham perspectivas de futuro e contribuam com o desenvolvimento da sociedade brasileira. O nosso Governador, numa demonstração de insensibilidade, opôs veto a essa matéria tão-somente pelo fato de entender que esses recursos devem ser colocados à disposição de outros setores da vida do povo mineiro. Subestima S. Exa. a importância que nós, do PSDB, temos dado, através dos nossos governos, à causa da educação e também à causa dos universitários mineiros.

Sabemos que o Governador do Estado tem sido omissivo em relação a vários setores da administração pública, haja vista a situação da segurança pública, da saúde, dos transportes, da habitação. Não se pode dar ao atual Governo de Minas Gerais nenhuma congratulação por algum feito brilhante, pois ele tem tão-somente o compromisso de levar o seu nome à mídia nacional como candidato à Presidência da República.

Ainda hoje, consternados, assistimos ao Governador de São Paulo, Geraldo Alkimin, censurar o Governo de Minas em relação à participação da CEMIG na concorrência para adquirir a empresa que controla a energia elétrica no Estado do Paraná, a CESP. E todos sabem da situação caótica por que passa o Tesouro mineiro. O Governo não consegue sequer pagar a alimentação dos seus presos; não consegue dar ao funcionalismo público condições mínimas de vida; faz exatamente o contrário: demonstra, em âmbito nacional, que está disposto a participar de uma licitação para adquirir um patrimônio aquém das nossas possibilidades.

O Governador de São Paulo, ao se referir à pretensão do Governador de Minas, disse que se tratava, como, todas as suas atitudes, de mero expediente eleitoreiro.

Nós, que fazemos parte da base oposicionista na Assembléia de Minas, queremos discordar da atuação irresponsável do Governador, que, realmente, está demonstrando não estar em condições psicológicas para dirigir o nosso Estado. Todos sabemos que, ao tratar de assuntos de Minas Gerais, o Governador o faz muito mais interessado em se colocar diante do povo brasileiro como uma alternativa para governar o nosso País a partir de 2003, quando na realidade, não tem demonstrado, nem no nosso Estado, condições mínimas para ser um governante.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado. Gostaria de parabenizá-lo pelas colocações e esclarecer a algumas pessoas que nos perguntam se fazemos oposição radical que não é isso. O que fazemos são colocações para acordar o Governo, se é que ainda há tempo para isso, porque já se vão quase três anos, e, até agora, como V. Exa. está dizendo, não estamos vendo absolutamente nada neste Estado, a não ser colocações políticas. Parece-nos que o Governador colocou em mente que em Minas Gerais só ele é político, mais ninguém. Vejo chegar a Juiz de Fora o Sr. Governador, que, aliás, não fica meio mês, 15 dias sem passar 3 ou 4 dias naquela cidade - e acho até uma boa idéia levarmos para Juiz de Fora o Mangabeiras II, para que possa ficar em casa realmente -, e reclamar que ainda não fizeram a desapropriação para fazer o acesso Sul, para atender exclusivamente à Mercedes-Benz. Vejo o Sr. Governador pensar em gastar R\$45.000.000,00 para fazer um aeroporto internacional em Goianá, que fica perto de Piau, Coronel Pacheco e Rio Novo - cidades por que temos grande respeito -, que, na verdade, será um elefante branco, como acontece com Confins. Tenho certeza, Deputado, de que V. Exa., com muito mais experiência do que eu nesta Casa e como político, como parlamentar, homem culto e letrado, por quem temos grande admiração, saberá que, com R\$45.000.000,00, poderiam ser construídas várias casas populares. Quantas pessoas poderiam sair da miséria e começar a vida de maneira digna? Quantas estradas do Estado poderiam ser consertadas com esse dinheiro? Agora, pergunto a V. Exa.: Será que o aeroporto em Goianá, a 45km de Juiz de Fora, com uma estrada que vai passar por dentro da fazenda do nosso querido ex-Ministro Hargreaves, não é uma coincidência muito grande?

Era o que queria colocar, dizendo a V. Exa. que continuamos aplaudindo o que é certo e criticando o que é errado, mas não podemos fazer nada se a maioria das atitudes são erradas, se a maioria das ações deste Governo mostram que ele não tem nenhuma direção administrativa. Pergunto não só a V. Exa., mas também a todos os que nos acompanham pela TV Assembléia: Qual é o plano de governo deste Governo? Onde está a direção para a educação? Onde está a direção para as obras no Estado? Para a segurança?

Dizem que a Polícia Militar ganhou um monte de carros novos. Isso é muito bonito - colocam todos na Praça da Liberdade, para serem vistos pelo povo. Aí os carros rodam por 15 dias; nos outros 15 dias do mês ficam parados, fazendo ponto-base, porque não há gasolina. É bom que vocês que nos assistem saibam que, quando observarem 15 ou 20 policiais parados, fazendo "blitz", aquilo não estava programado; podem ter certeza. O fato é que não há gasolina para os carros rodarem. Aí vão de ônibus fazer a tal "blitz". E salve-se quem puder, porque não tem gasolina. Ou fazem "blitz" ou ficam andando a pé. Aconselho-os até a comprar bicicletas. Aliás, já inventaram isso - há bicicletas e cavalos... Aliás, não há mais nem capim para dar aos cavalos; não vemos mais patrulhamento da polícia montada. Isso nos mostra que há uma desorganização total.

Longe de mim ser inimigo do Dr. Itamar Franco. Quero que tenha muita saúde e uma vida política que vá, pelo menos, até o ano que vem. Sabemos que sua intenção é ser Presidente da República, mas acho que será difícil isso acontecer novamente, porque será difícil aparecer um novo Fernando Collor para puxá-lo para Vice, numa época em que nem para Senador se elegeria mais, para que, sendo Vice, com seus pensamentos positivos e com uma estrela que não tem tamanho - ou tinha, acredito -, conseguir chegar à Presidência da República, com a cassação do primeiro Presidente da República a ser cassado no mundo, que foi Fernando Collor de Mello. Agradeço muito, Deputado, a gentileza de me ceder alguns minutos para tratar desse assunto, dizendo-lhe que continuo sendo profundo admirador da lucidez de V. Exa., que, com os pés no chão, segue nos ensinando coisas maravilhosas. Obrigado.

O Deputado Kemil Kumaira* - Obrigado, Deputado Alberto Bejani. Antes de conceder aparte, também com muita honra, ao Deputado Amílcar Martins, gostaria tão-somente de agradecer a intervenção do Deputado Alberto Bejani, que, evidentemente, veio enriquecer esse nosso pronunciamento, e dizer a S. Exa. que todos sabem de nossa responsabilidade. Faz parte de nossa vida política a responsabilidade com o povo mineiro, com as coisas de Minas. Dedicamos praticamente toda a vida na defesa de seus maiores interesses e sabemos dos direitos que temos de ter um Governo à altura do povo mineiro, desse povo altaneiro, trabalhador, um povo que luta, sofre e quer continuar a ter esperanças. Esse Governo de Itamar Franco é exatamente o oposto, voltado para as causas mirabolantes. Não está com os pés no chão exatamente porque está sonhando com a volta à Presidência da República, como se fosse uma obsessão pessoal, manipulada pelo seu Governo para torná-lo um nome em condições de disputar a Presidência da República.

Gostaria de dizer que tudo que V. Exa. falou está de acordo com o nosso trabalho de Oposição. V. Exa., tão brilhantemente, tem defendido o povo de Minas, as grandes causas mineiras, haja vista o problema das multas. Em meu entendimento, Deputado Alberto Bejani, o Governador de Minas deveria dar pelo menos uma palavra para dizer que não concorda com essa espoliação do povo mineiro cometida por uma empresa que, todos sabem, não é habilitada para fazer a fiscalização do trânsito nas nossas rodovias. No entanto, não existe uma única palavra do Governo, de nenhum setor do Governo.

Estamos nós, da Oposição, chamando a atenção do Governo. A nossa missão não é criticar o Governo tão-somente por sermos da Oposição. É para mostrar ao Governo a sua responsabilidade, já que ele não quer assumi-la. Como disse V. Exa., o Governador Itamar Franco não assumiu o Governo de Minas até hoje. Não tem sequer uma obra realizada em seu Governo, até mesmo essa vontade de construir um aeroporto na bela cidade de Juiz de Fora, que merece todas as obras que um governo possa levar. É uma cidade que merece pelo seu passado, pelos homens públicos que já produziu.

O que não pode é querer construir um aeroporto que irá tão-somente satisfazer a sua vaidade pessoal, numa demonstração de grandeza para com o povo de Juiz de Fora, mas com as mãos enlameadas, porque vai favorecer a fazenda do Secretário Hargreaves. Isso ninguém sabe.

Aí está a corrupção. A corrupção desse Governo é a omissão. Ele enxerga onde está o erro, mas não coloca a sua responsabilidade para cobrar a punição dos que estão prejudicando os interesses maiores do Estado.

Deputado Alberto Bejani, parabeno-o como representante de Juiz de Fora. V. Exa. é um homem independente, sabe os limites do seu trabalho, mas sabe a responsabilidade que detém ao representar Minas Gerais por Juiz de Fora, pela Juiz de Fora independente que sabemos respeitar.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Caro Vice-Líder da nossa bancada, Deputado Kemil Kumaira, quero cumprimentar V. Exa., que mais uma vez sobe a essa tribuna, trazendo-nos a palavra do homem que tem a experiência do parlamento, o conhecimento adquirido na luta cotidiana em defesa dos interesses do povo de Minas Gerais, do homem que, ao longo de tantos anos, como um dos mais nobres e dignos representantes do povo de Minas Gerais, tem trazido sempre a sua palavra de ponderação, de sabedoria, enfim, tem trazido a todos nós os ensinamentos de uma vida ilibada, de uma vida marcada por prestar serviços à causa pública, e que agora vem com uma palavra importante e grave de alerta ao povo de Minas Gerais: o que acontece hoje em nosso Estado, o desgoverno, o descomando, o absurdo, o sucateamento da administração pública estadual, o desmonte do Governo Estadual, do Poder Executivo por obra e graça de um homem que, em mau momento, os mineiros entenderam por bem eleger seu Governador.

Concordo com toda a análise que V. Exa. faz da irresponsabilidade, da falta de compromisso do Governador e de sua equipe.

Entretanto, peço vênia a V. Exa. para discordar apenas de um ponto: quando se refere ao Governador como um homem que eventualmente não estaria no pleno gozo de suas faculdades mentais. Devo dizer que durante algum tempo essa foi também a visão que tive do Governador. Os descabros, os absurdos da administração, os chiquetes, os ataques de nervos, essa história de "ficar de mal" dos outros, as coisas que não acreditamos que um homem investido da função de Governador pudesse fazer eram de tal ordem, que eu também achava que o Governador não estava bem. Cheguei a avaliar a possibilidade de um exame de sanidade mental, porque talvez o Governador precisasse de um repouso para reflexão. Mas, infelizmente, Deputado Kemil Kumaira, conhecendo a vida progressa do Governador, descobriu a trágica verdade, que é muito pior que um Governador desequilibrado. É mais grave, porque essa é a natureza do Governador, ele é assim, não está fora do seu juízo. Ele tem é um mau juízo, essa é a verdade. Quando foi Prefeito em Juiz de Fora, brigou com toda a Câmara Municipal da cidade. Teve o apoio, em algum momento, apenas de dois Vereadores da Câmara. Ele era conhecido como o doidivanas de Juiz de Fora exatamente pela falta de compromisso com seus companheiros de partido, seus aliados. E a sua trajetória política é essa. Veja, V. Exa., que ele foi do MDB e do PMDB, ao qual deixou para ser candidato ao Governo de Minas pelo PL, sem conhecer a bandeira, o estatuto do PL, o significado do partido, sem nenhum compromisso com a legenda. Apenas usou o partido para ser candidato ao Governo de Minas. Perdeu, na disputa mais vergonhosa de que temos notícia na recente história republicana de Minas, para o hoje Vice-Governador Newton Cardoso. Foi a campanha mais desrespeitosa da história republicana. O Vice-Governador Newton Cardoso só não chamou o Governador Itamar Franco de bonitinho, de homem razoável, honrado, porque todo o resto foi utilizado, inclusive palavras de baixo calão, e hoje eu não deixaria o meu filho de 12 anos assistir a um programa eleitoral dessa época, tal o nível de desrespeito da disputa. Os panfletos que circularam em Belo Horizonte insinuavam coisas sobre a honradez e a conduta pessoal do Governador Itamar Franco. E isso foi feito pelo hoje Vice-Governador Newton Cardoso.

No entanto, hoje, ao lado de Orestes Quércia, que é símbolo da corrupção no Brasil, Newton Cardoso é o grande baluarte, o grande companheiro de Itamar Franco. Vejam que trinca temos e, lembrando sempre, sob a sombra sempre poderosa de Collor de Mello, que foi o homem que ressuscitou um cadáver insepulto, que era o hoje Governador Itamar Franco. Era um homem que não se elegeria síndico do seu prédio. Mas Collor de Mello queria um candidato a Vice-Presidente de Minas Gerais. E Itamar não era a sua escolha. Vários nomes mineiros foram convidados, Hélio Garcia, Márcia Kubitschek, que me contou pessoalmente ter sido convidada por Collor de Mello para ser candidata a Vice-Presidente. Eles não aceitaram porque conheciam a trajetória de Collor de Mello. Itamar Franco, nessa sua trajetória errática, nessa falta de compromisso com os partidos, com o povo, com qualquer compromisso de qualquer natureza, como aventureiro que é, aceitou prontamente ser candidato a Vice-Presidente e começou, imediatamente, a trabalhar contra o homem a quem ele devia lealdade, o Presidente da República. Ele não renunciou ao mandato de Vice-Presidente. Ele usufruiu o cargo de Vice-Presidente, ele devia lealdade a Collor de Mello e, como Brutus, que traiu César, Itamar Franco não hesitou em apunhalar Collor de Mello e o fez para virar Presidente da República.

Essa é a história recente do Brasil, e desafio qualquer pessoa, a começar do próprio Governador e qualquer um dos seus correligionários, da sua "entourage", que é grande em pessoas honradas e corretas, a discordar desta versão que estou dando.

Então, é dessa forma que Itamar Franco volta à vida política brasileira, por um partido inventado por Collor de Mello, para se eleger Presidente da República, um partido chamado, na época, PRN. Usou Collor, usou o PRN e virou Presidente da República. Depois, quando isso já não convinha, largou esse partido e voltou a se filiar ao PMDB. Usou o PMDB para se eleger Governador de Minas Gerais, porque foi o PMDB que lhe deu tempo na televisão, estrutura política no Estado inteiro, possibilidades de aliança e uma trinca de apoiadores, Armando Costa, Anderson Aduato, o ex-Presidente da Assembléia Legislativa, e um terceiro nome, de que não me lembro agora, para viabilizar a sua candidatura. Foram esses homens que bancaram, dentro do PMDB, o nome de Itamar Franco. Eleito Governador, a primeira providência que toma é descartar os seus apoiadores, rompeu com Armando Costa, humilhando-o publicamente, não hesitou em fazer isso. Saiu do PMDB, rompeu com Genésio Bernardino, rompeu com outras lideranças políticas do PMDB, porque não quiseram obedecer a ele no Congresso Nacional, e rompeu com Anderson Aduato, que foi um dos seus baluartes, um dos maiores defensores da sua candidatura. Ele rompeu com o Deputado Anderson Aduato de forma absolutamente desrespeitosa, e quem assistiu à posse do Presidente Antônio Júlio nesta Assembléia Legislativa, viu o tratamento que o Governador Itamar Franco dedicou ao nosso colega, ao Deputado Anderson Aduato. Ele se recusava, ele não queria subir, enquanto o Deputado Anderson Aduato estivesse presente, mas, como não havia jeito, pois o Deputado Anderson Aduato iria passar o comando da Casa ao Deputado Antônio Júlio, ele teve que conviver com essa situação, mas não lhe dirigiu a palavra nem o cumprimentou. É dessa forma que o Governador age. Existe uma fábula que explica esse tipo de comportamento. É da natureza dele. A fábula é a do sapo que deu carona a um escorpião para atravessar um rio. O escorpião não sabe nadar. Então, o sapo aceitou dar a carona, mas, no meio do rio, o escorpião lhe disse: "Vou picá-lo". E o sapo lhe respondeu: "Se você me picar, vamos morrer os dois. Você não sabe nadar, e eu vou morrer envenenado". Mas o escorpião lhe disse que não tinha escolha, que fazia parte da sua natureza, teria de picá-lo, só sabia fazer isso. O Governador Itamar Franco é o escorpião dessa fábula. O saudoso Presidente Tancredo Neves já dizia que Itamar Franco guarda ódio na geladeira. São palavras proféticas e históricas do grande Presidente Tancredo Neves. Itamar Franco guarda ódio na geladeira. Temos visto isso. Ele tem demonstrado isso fartamente.

Portanto, digo tudo isso porque o que está havendo em Minas já não me surpreende. O descaso com a administração pública, no momento em que Minas tinha um surto de febre amarela, ameaçando a população do Estado, na região Centro-Oeste, foi enorme. O Governador ignorou solenemente isso, viajando pelo País inteiro e cuidando de sua campanha à Presidência da República. Foi preciso que o Governo Federal viesse a Divinópolis lançar uma campanha de vacinação para dar tranquilidade aos lares mineiros. O Governador mostra agora enorme falta de sensibilidade e compromisso com as questões sociais. Basta ver os vetos que opôs a projetos, muitos deles de iniciativa de sua própria base governista. Se ele tivesse grandeza, não olharia o nome do autor nem o seu partido. Não interessa se o projeto é do Deputado Mauro Lobo, do Deputado Miguel Martini, do nobre Deputado Dinis Pinheiro, o que importa é o conteúdo, se o projeto favorece Minas Gerais. O gesto de grandeza seria sancionar o projeto. Ontem, a Deputada Maria Olivia subiu a essa tribuna em lágrimas, tratando de um projeto que era seu sonho. O Governador alegou vício de origem. Isso significa que a iniciativa deveria partir do Poder Executivo. O vício de origem, V. Exa., como jurista, sabe melhor do que nós, pode ser corrigido com a sanção do Governador. É uma covardia o que o Governador está fazendo contra o povo de Minas Gerais, por uma única razão: sua vaidade pessoal. Ele quer, ele encasquetou, ele está obcecado com a idéia de ser Presidente da República. Por essa razão, ele ignora tudo. Nunca um Governo mineiro foi alvo de tantas denúncias de corrupção; nunca, nem mesmo no Governo Newton Cardoso, que havia sido recordista nacional. Agora, a todo o momento há denúncias, telefonemas, denúncias anônimas, etc. Enfim, nunca se viu isso. Ele é como Pôncio Pilatos, lava as mãos. O máximo que faz é afastar as pessoas sem apurar nada. Se não fosse a ação corajosa da Oposição nesta Casa, a situação seria bem pior. Conseguimos impedir que milhões de reais do povo de Minas Gerais fossem para o ralo. Lembro-me dos episódios da ADEMG, da FHEMIG, da FUNED e de tantos e tantos outros. Foram denúncias que surgiram nesta Casa e impediram que muito dinheiro fosse para o ralo. Mas o Governador não quer saber de nada, porque só tem uma idéia na cabeça. Ele só pensa naquilo. Então, caro Deputado, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que já não me surpreendo com nada que possa ocorrer em Minas. Enquanto tiver esse Governador, Minas viverá uma situação de crise permanente e de desrespeito às instituições: desrespeito ao parlamento, desrespeito ao Poder Judiciário. Ele não cumpre as decisões judiciais e já mostrou isso mais de uma vez. Desafia tudo e a todos porque só quer criar factóides políticos e usar o dinheiro do povo em sua campanha pessoal, como usou na campanha do dia 21 de abril, na da Usina de Irapé, e na de 1º de maio. Por essa razão, somente na semana passada, dei entrada a três representações contra ele no Ministério Público. E muitas mais virão, seja no Ministério Público, seja diretamente na justiça, com ações populares. Não vamos compartilhar isso nem aceitar que esse desrespeito possa levar o Governador Itamar Franco a impedir que a juventude de Minas Gerais estude na UEMG. Não vamos admitir que ele continue com a ADIN, contestando a legalidade do esforço para conseguir recursos para a Universidade do Estado de Minas Gerais e para a UNIMONTES.

Estamos atentos e, nessa luta, felizmente, temos do nosso lado Deputados de vários partidos. Vejo neste Plenário pessoas comprometidas com a causa pública, que têm esse compromisso e que saberão mostrar isso no momento de votar o veto do Governador. Várias bancadas já se manifestaram nesse sentido. Estou vendo o Deputado Dinis Pinheiro e conheço seus compromissos, assim como os do Deputado Ambrósio Pinto, do Deputado Alencar da Silveira Júnior e desse grande Deputado, desse símbolo da democracia, que é o Deputado Luiz Menezes. Sei que na hora de votar, todos eles, assim como o Deputado Doutor Viana, o Deputado Marco Régis, o Deputado Sávio Souza Cruz, o Deputado João Batista de Oliveira e tantos outros, têm compromisso com o povo de Minas e com os jovens daqui. Vamos dar o troco ao Governador democraticamente, dizendo-lhe que Minas já não aceita isso. Basta. Chega de descabros. Se o Governador tem essa natureza, temos a nossa também e saberemos dar o troco no momento oportuno. Muito obrigado. Desculpem-

me, se me prolonguei um pouco.

O Deputado Kemil Kumaira* - Agradeço o brilhante aparte do Deputado Amilcar Martins. Gostaria apenas de, a respeito de sua fala, comentar que todos nós acompanhamos atentamente esse desgoverno, que tem comprometido os legítimos interesses do povo de Minas Gerais.

Com relação a esse dispositivo em que ele veta os recursos para a UEMG e a UNIMONTES, gostaria de dizer, não somente aos meus colegas, mas também aos universitários da UEMG, que tive a felicidade de estar na Presidência da Assembléia e também da Assembléia Constituinte mineira, quando foi criada, por lei, a UEMG. Tive a oportunidade de assinar o termo de criação na qualidade de Presidente do Poder Legislativo na ocasião.

Ocorre, no entanto, que não basta a criação de um órgão tão importante como esse. Também é necessário que o Governo do Estado, diretamente ligado à causa da educação pública, demonstre sua vontade política de dar condições para que a universidade saia do papel e se transforme em agente de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Nós, que vivemos analisando o comportamento do atual Governador, estamos conclamando os universitários para que nos auxiliem a derrubar o veto do Governador. A Oposição nesta Casa é constituída de três bancadas, PT, PSDB e PFL, e 25 Deputados, número insuficiente, porque precisamos ter 39 votos para derrubar o veto do Governador. Por isso, precisamos conquistar pelo menos 14 votos de Deputados da base do Governo, que já demonstraram, nos corredores desta Assembléia, que, no dia da votação, estarão dispostos, com a consciência da avaliação que fazem desse veto, a votar a favor dos universitários.

Acreditamos que existe uma diferença entre o comportamento do Governador e dos Deputados que lhe dão sustentação nesta Casa. Nem todos concordam com tudo aquilo que o Governador quer impor à Assembléia.

É com esse propósito que quero fazer aqui, neste instante, um pedido, em nome dos universitários de Minas: que dêem oportunidade a esses jovens de poderem também acreditar que existe perspectiva de futuro para eles concluírem seus estudos e entrarem no mercado de trabalho, conquistando seu espaço como cidadãos mineiros.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Acho que todo esse processo democrático tem de acontecer, como a obstrução. Quem ganha com isso é o pessoal das universidades. Já foi dito pelo Governador a esta Casa, através de sua Liderança, que ele vetou esse projeto porque pretende ajudar mais, além dos 2%.

Temos de ganhar tempo, porque derrubar um veto é difícil. Quem sabe neste espaço de tempo o Governador não manda a esta Casa uma mensagem? Um homem que quer ser candidato à Presidência da República, que tem experiência, que sabe que isso vai dar um desgaste muito grande, pode tentar, agora, sair por cima.

Faço um apelo ao Governador: se for realmente verdade que o senhor tem interesse em ajudar e em mandar uma mensagem, que a envie antes da votação desse veto, porque, assim, poderemos pensar duas vezes. Aprovaremos a mensagem do Governador se for melhor para os estudantes; se não for, continuaremos trabalhando.

O Estado está quase parado. O Vice-Governador vem fazendo algumas obras. O Secretário da Educação, tenho acompanhado seu trabalho, tem feito grandes obras pela educação em Minas Gerais.

Durante o pronunciamento do Deputado Amilcar Martins e, agora, do Deputado Kemil Kumaira, meu celular não parou de tocar. São os telespectadores da TV Assembléia - esta TV que criamos há cinco anos e que, hoje, manda para o Estado os debates que se travam neste Plenário - cobrando dos Deputados da Oposição uma palavra em defesa do Governador. Será que ninguém vai defendê-lo? Será que o Deputado Sávio Souza Cruz, que foi Secretário, não vai contestar a fala dos Deputados Amilcar Martins e Kemil Kumaira? Será que aqueles mais ligados ao Palácio da Liberdade não irão se insurgir?

Essa resposta precisa ser dada não só ao telespectador, mas sobretudo ao Governador, porque, afinal, se tem aliados nesta Casa, que estão conseguindo as pequenas obras, que estão conseguindo escola, isso e aquilo, estes têm de defendê-lo. A maioria da base do Governo não está conseguindo nada. O telespectador pergunta: será que a Minoria não vai se mostrar agora? Será que o Governador não vai perguntar por que essa meia dúzia que ele ajuda não o defende quando dele falam mal na tribuna? Já está na hora de os que estão colhendo frutos mostrarem sua cara. Na hora de obter regalias do Palácio da Liberdade, apresentam-se e as recebem, mas, no momento de esclarecer a opinião pública da TV Assembléia e os estudantes que aqui estão, calam-se todos. Viajar com o Governador, acompanhá-lo para inaugurar pequenas obras, mamar nas tetas do Governo, tudo isso fazem sem inibição, mas, para defendê-lo, não se apresentam.

Segundo a Liderança, o Governador pensa em dar suporte maior à educação. Derrubar veto é difícil. Até o que tem sido negociado não está sendo cumprido, porque Deputados há que, definitivamente, não votam contra o Governador. Nem pedido do Líder estão atendendo. A Oposição não está ganhando.

É verdade que pequenas obras estão sendo feitas pelo Vice-Governador Newton Cardoso. Tem prometido muito, mas tem feito alguma coisa. É verdade que o Secretário da Educação está beneficiando a área da educação, e é verdade também que Deputados que mamam nas tetas do Governo não o defendem no momento necessário para esclarecer a opinião pública.

O Governador tem de parar, coçar a cabeça e pensar que alguma coisa está errada. O Deputado Amilcar Martins disse que ele brigou com todo o mundo em Juiz de Fora e no Congresso. E, nesta Casa, será que só tem inimigos também? Será que vai continuar protegendo meia dúzia e deixar o resto insatisfeito? É hora de pensar que o Estado tem de andar, que eu tenho de fazer alguma coisa, porque o meu eleitor cobra isso. Afinal, recebi 43 mil votos em 357 cidades do Estado. Estamos, com toda razão, sendo cobrados. A Oposição é muito boa. Fala que não está fazendo porque é oposição. Quem é Governo fala que não está fazendo porque o Governador falou que ia fazer. Mas está atendendo meia dúzia que fica mamando. Fica difícil. Ou o Governador pensa em fazer uma base do Governo e esclarecer a opinião pública, ou começa a colocar o Governo para andar, ou vai ficar nesse descrédito. Está na hora de o Governador se preocupar e mandar fazer uma pesquisa, até mesmo nesta Casa, sobre o que está acontecendo. Muita gente que votou nele para o Governo de Minas não vota mais, porque tiveram esperança de receber algo, de ter alguma melhoria, e não estão conseguindo.

Quero deixar claro que o Vice-Governador Newton Cardoso e o Secretário Murílio Hingel estão fazendo das tripas coração. Onde está a base do Governo? Só mamar, no popular, ganha. Mas não vai ganhar quando chegarem as eleições. Muito obrigado.

O Deputado Kemil Kumaira* - Ilustre Deputado Alencar da Silveira Júnior, parabeno-o por suas colocações, embora discorde de algumas assertivas que tentou ao defender o Governo. Quando V. Exa. fala que o Governo tem feito alguma coisa, V. Exa. falou, "en passant", que, na área da educação, Murílio Hingel tem feito alguma obra. Na verdade, as obras do Governo são imperceptíveis.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado, só para completar, não temos nada. Se conseguimos alguma migalha, temos de falar que é muita coisa. Se estamos esperando muita coisa, mas não estamos tendo, pelo menos uma coisa pequena na área da educação está acontecendo.

O Deputado Kemil Kumaira* - Gostaria de dizer ao ilustre Deputado Alencar da Silveira Júnior que nós, que somos da Oposição, gostaríamos, realmente, de contribuir com o Governo, de dar suporte político e administrativo para que pudesse realizar uma melhor obra em benefício do povo mineiro. Mas, de acordo com sua fala, o Governador briga com todo o mundo, inclusive com seus companheiros e Deputados.

Que existem alguns mamando não posso afirmar, até por uma razão muito simples. A base do Governo na Assembléia é muito grande. Nós, da Oposição, devemos entender que o Governo deve estar liberando recursos e obras para os Deputados que lhe dão sustentação na Assembléia, porque são mais de 50. Um Governo ruim como esse não deveria ter 5. Tem 10 vezes mais que o número de Deputados que deveria ter. Acredito que seja em razão da expectativa de que o Governo melhore. Evidentemente, raciocinando dessa forma, sua base de sustentação está coesa para dar esse Governo ruim para os mineiros.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Deputado Kemil Kumaira, cumprimento-o pela maneira tranqüila e serena com que está conduzindo seu pronunciamento, própria de quem está em paz com sua consciência, porque está cumprindo seu dever cívico.

Compreendo a ansiedade dos estudantes que aqui estão. Em nome do meu partido, já que exerço a Liderança, quero dizer aos estudantes da UEMG e da UNIMONTES que o PFL, juntamente com o PSDB, com o PT e com grande parte da base de apoio ao Governo, tem consciência da necessidade da derrubada do veto, para que o Sr. Governador receba, uma vez mais, o recado de que a Assembléia Legislativa quer o ensino público gratuito no interior e na Capital do Estado. Quero também, ilustre Deputado, ressaltar uma questão até filosófica. Os estudantes entendem muito bem disso. Há governos que se preocupam muito com a obra física: com o muro, com a porta, com a varanda, com alguma coisa em que possa colocar uma placa alusiva à inauguração. Mas mais importante do que isso é a formação da consciência dos jovens que aí estão, ansiosos por ter oportunidade. Essa sim, seria a verdadeira marca, não a marca física, mas uma marca na consciência de uma geração que está se formando hoje, naturalmente, para dirigir o Estado e o País num futuro muito próximo.

Por isso, quero ressaltar o pronunciamento de V. Exa. e dizer aos estudantes e aos seus representantes que a fala do Deputado Kemil Kumaira dessa tribuna, a exemplo de outros, é para dar um tempo maior para que o Governador possa remeter a esta Casa a mensagem que o seu Líder anunciou da outra vez, quando os jovens aqui estiveram, ou seja, que o Governo estaria disposto a encaminhar mensagem a esta Casa, destinando recursos à UEMG e à UNIMONTES. Isso não ocorreu até esta data. A notícia que temos é que foi argüida em Brasília a inconstitucionalidade da Emenda à Constituição nº 64, promulgada nesta Casa, destinando 2% do orçamento do Estado para a UEMG, ao contrário da mensagem alvissareira, aquela promissora. Se isso de fato ocorreu, volto a repetir, é desrespeito de um Governo que quer economizar recursos para pensar, pelo menos, em fazer obra física, já que ainda não fez. E se o fizer, que seja para colocar uma placa, a melhor de todas as placas, para quem pensa educação como filosofia, dando formação e oportunidades iguais a todos os cidadãos. Essa é a minha preocupação e a do meu partido, o PFL, e, tenho certeza, é a preocupação de V. Exa. e a de seu partido, o PSDB.

Quero agradecer a V. Exa., mais uma vez, o aparte e dizer que o PFL estará aqui para votar a favor da derrubada do veto, porque queremos a UEMG e a UNIMONTES fortes, os estudantes com esperança e as comunidades crescendo. Muito obrigado.

O Deputado Kemil Kumaira* - Agradeço a interferência de V. Exa., que demonstrou, como sempre o faz, a sua sensibilidade para com um problema que aflige a todos e que nos preocupa enquanto homens públicos. Temos de lutar até o último momento, redobrar as nossas forças, convocar a população e sensibilizar os Deputados do Governo para que, realmente, façamos um ato válido no momento atual, criando uma perspectiva de futuro para as nossas universidades.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Deputado Kemil Kumaira, externo a minha palavra não pelo fato de ser do Governo ou da Oposição, de ser ou não beneficiado, como disse o Deputado Alencar da Silveira Júnior. Ela tem o caráter meramente explicativo e esclarecedor.

Há muito tempo a Assembléia Legislativa não vê, principalmente por parte de Deputados altamente experientes e de notória presença na vida pública, a realização de uma discussão vazia, que traz poucos resultados para os jovens estudantes, para o povo mais carente, para a nossa querida Minas Gerais. Observamos aqui os Deputados externarem críticas e mais críticas - a meu ver, parece até uma obsessão pessoal por parte dos Deputados Kemil Kumaira e Amílcar Martins - não ao Governador, mas a sua pessoa, a sua imagem, a seu caráter, a ele como ser humano.

Mas todos conhecem sua trajetória e sua vida pública gloriosa. O Deputado Amílcar Martins, ingenuamente, chega a dizer que o Governador estava sepultado politicamente em 1986. Será que não conhece a riqueza da vida política de qualquer homem, de qualquer cidadão? Em política, já perdi e já ganhei. Será que, apesar de seus 50 anos de vida pública, não sabe que a política é como nuvem: muda a todo instante? Então, o que Minas ganha, o que ganham esses jovens estudantes com essa discussão que se pauta simplesmente na ofensa à pessoa do Governador de Minas Gerais? O Deputado Kemil Kumaira, por exemplo, quis fazer, ontem, uma comparação entre Governo do Estado e o Governo Federal. Ora, o Governador do Estado procura coibir e impedir de todas as formas a corrupção; jamais fez um gesto sequer para impedir algum instrumento de apuração de alguma irregularidade que tenha ocorrido em seu Governo. No âmbito federal, Deputado Kemil, todos estamos vendo a luta incansável do Governo para impedir a instalação de uma CPI para apurar a corrupção, que tanto machuca, principalmente, os jovens que aqui se encontram.

Portanto, como jovem Deputado, com uma vida muito ligada ao ensino e à educação, digo a vocês, jovens estudantes, que apóio, sim, o pleito de vocês. Reconheço e sou admirador do trabalho da UEMG e da UNIMONTES. Mas, queridos jovens, estamos ouvindo pronunciamentos de diversos Deputados do PSDB, que ficaram por diversos anos no Governo. Pergunto-lhes, então: O que fizeram para melhorar o ensino da UEMG e da UNIMONTES?

Hoje, temos à frente da Secretaria da Educação um educador, um mestre da educação, que, como disse o Deputado Alencar, percorre municípios e municípios e reestruturou a educação, tendo como fim não a riqueza pessoal ou a busca de recursos financeiros, mas, pura e simplesmente, levar o saber e uma educação de alto nível às nossas crianças e aos nossos jovens.

Nas regiões do Jequitinhonha e do Mucuri, onde o Deputado Kemil Kumaira, há mais de 30 anos, tem gloriosa vida pública, o Governo do Estado, por meio do talentoso e brilhante Secretário Murílio Hingel, fez uma obra social maravilhosa, com a implantação da bolsa-escola, atendendo diversas crianças. Na semana retrasada, Murílio Hingel esteve em nossa região, visitando cidades e mais cidades, inaugurando, construindo e aperfeiçoando o sistema educacional. É louvável. Temos de aplaudir e reconhecer o esforço e a dedicação do Governo. Se os Deputados realmente querem auxiliar a nossa juventude e colaborar com Minas e com o Brasil que façam críticas, sim - porque cada pessoa, cada político, têm sua interpretação -, mas de maneira séria, serena, correta e decente. É natural que o Governador Itamar Franco, por ser um grande brasileiro, seja convocado a emitir sua respeitável opinião e para proceder a palestras por todo o País. É Minas ajudando o Brasil. E Minas ajuda o Brasil pela grandeza de seu povo e pelos valores de seus líderes. Juscelino Kubitschek assim fez há muitos anos, Tancredo Neves percorreu o Brasil, elevando o nome de Minas, melhorando a vida do Brasil. O Governador Itamar Franco não pode levar a sua mensagem, o seu currículo, a sua vida para servir o Brasil?

É questão de solidariedade, é questão de patriotismo. Se o Brasil chamar o Deputado Wanderley Ávila para percorrer os nossos Estados, que vá! O Deputado Kemil Kumaira, o ex-Governador Eduardo Azeredo, qualquer um de nós.

Minas sempre foi vanguarda da política nacional, é o seio da política nacional e é natural que outras lideranças, que outros Estados chamem o nosso Governador para emitir a sua opinião. Portanto, respeito todos os pronunciamentos aqui externados, mas discordo, com serenidade, mas com muita firmeza, dos pronunciamentos do Deputado Kemil Kumaira e do Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Kemil Kumaira* - Gostaria de dizer ao ilustre Deputado Dinis Pinheiro que a sua fala tão terna, tão cândida, tão simpática, tão amorosa em relação ao Governador Itamar Franco se justifica pela avaliação otimista que faz um jovem Deputado que na verdade ainda não pode entender em que o Governo deve ter prioridade para atuar.

Sr. Presidente, até digo que não tenho muito que falar, porque nós, da Oposição, teremos todo o tempo necessário para brigarmos, na aceção correta da palavra, em defesa dos interesses dos estudantes, dos universitários de nosso Estado.

Para concluir, quero dizer que a fala do Deputado Dinis Pinheiro falha exatamente quando coloca a posição do Deputado que está na tribuna, assim como a posição do Deputado Amílcar Martins, como tipo de obsessão, de crítica à figura do Governador, da sua figura como ser humano. Isso não é verdade. Em momento algum falei sobre Itamar Franco, a não ser com relação a seu Governo. Itamar Franco entrará na história de Minas Gerais, tenham a certeza disso, como o pior Governo que já se viu na história do Estado.

Questões de Ordem

O Deputado Eduardo Hermeto - Sr. Presidente, percebendo que não temos quórum suficiente para a continuação dos trabalhos, solicitamos o encerramento de plano da reunião, para que na parte da tarde possamos votar.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, em respeito à presença dos estudantes, gostaria que fosse analisada a possibilidade de recomposição do quórum, para que pudéssemos prosseguir os nossos trabalhos.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Eduardo Hermeto) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 23 Deputados, que, somados aos 8 em comissões, perfazem o total de 31 presentes, número suficiente para a continuação dos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Mais uma vez, volto a este microfone para lembrar que a base do Governo nesta Casa é formada de 56 Deputados. Onde estão os Deputados da base do Governo? Onde estão os Deputados para esta Casa começar a andar, para votar, para fazer? O pessoal das galerias, a meninada, os nossos estudantes devem falar com cada Deputado, olhar no seu olho e perguntar se podem contar com ele. Homem tem que ter palavra. Se ele der a palavra, se vocês somarem, vocês têm o direito de cobrar. Agora, se vocês não fizerem isso, vão perder mais um veto aqui. Conversem com cada Deputado e peçam sinceridade. Façam as contas. Se der para votar desse jeito, então votem, porque, fora isso, não deixem votar porque o veto vai cair. Prestem atenção no que estou dizendo: olhem no olho e peçam a palavra de cada um. O meu voto será dado de acordo com a minha bancada, estamos conversando, e haverá 5 votos da Bancada do PDT. Estamos analisando. Então, olhem para cada um, conversem e peçam sinceridade. Perguntem a todos, Oposição e tudo mais. Se não for assim, não deixem votar, porque perdem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados estudantes que aqui comparecem, senhores e senhoras que acompanham as atividades parlamentares por meio da imprensa e da TV Assembléia.

A nossa participação se dá, como disse quando intervim no pronunciamento do Deputado Kemil Kuimara, porque estamos defendendo uma nova filosofia de governo, ou seja, que este se preocupe menos com as obras físicas e passe a se preocupar mais com as pessoas. Há dias, fiz menção a uma intervenção do Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, do nosso partido, o PFL, que, ao comentar as questões econômicas do Brasil, deu a seguinte definição: "Gostaria que o Estado brasileiro fosse pensado a partir das pessoas para a moeda, não a partir da moeda para as pessoas". Essa filosofia, na minha visão, aplica-se muito ao caso que estamos discutindo. No Estado de Minas Gerais, bom seria que o Governo passasse a pensar a educação a partir das pessoas para os prédios, não dos prédios para as pessoas. Quando alguém da base do Governo comemora que determinado Secretário de Estado está percorrendo o Estado, inaugurando obras físicas, construção de prédios, aquilo que se faz com concreto, com ferragens, com mão-de-obra, fico preocupado. O que estamos querendo e defendendo é que o Governo passe a pensar o ensino superior do Estado, representado hoje por duas unidades de ensino que se espalharam pelo interior de Minas, a UEMG e a UNIMONTES. Quando faço menção à UEMG, reporto-me à unidade que esse estabelecimento tem em Carangola, prestando um relevante serviço à região, mas que espera, como as outras, uma ação concreta: que o Governo resolva, de uma vez por todas, o destino da UEMG. Procurei esclarecer aos telespectadores que a participação do PFL nesta tribuna não tinha o objetivo de ficar adiando, retardando ou impedindo votações de alguns vetos. O que tínhamos era a preocupação que ora se concretiza, de que chegaria o momento de enfrentar o resultado do veto em que o Governo do Estado opõe-se aos interesses da UNIMONTES e da UEMG. Compreendi em parte quando S. Exa. disse que não poderia tirar recursos de fundos para transferi-los a unidades de ensino. Ao nos aprofundarmos um pouco mais nesta matéria - estamos falando exatamente para o público de estudantes que tem capacidade de discernimento e para o corpo docente das unidades -, pude ver que quem pode mais pode menos. Naturalmente, o Governo pode suplementar o fundo de onde seriam subtraídos os recursos para viabilizar o funcionamento da UEMG e da UNIMONTES.

Também, dentro da consciência e da sinceridade que temos, é preciso esclarecer aos estudantes e ao corpo docente de cada unidade que a destinação de 2% não estará solucionando de vez todos os problemas das unidades, nem resolvendo em definitivo o problema das mensalidades. Mas pode estar amenizando, subsidiando, oferecendo bolsas ou descontos para permitir o acesso de um maior número de pessoas com menor poder aquisitivo aos bancos das universidades de nosso Estado.

Portanto, se o Estado de Minas Gerais estivesse sendo pensado dentro da filosofia do Governador do Paraná, ou seja, partindo das pessoas para as coisas, naturalmente um veto dessa natureza não teria acontecido. Dessa forma, o Governo retarda, sacrifica, inviabiliza em parte, tira o estímulo e ofusca as aspirações de muitos estudantes do ensino superior de Minas Gerais. Enquanto os Estados brasileiro e mineiro - unidade ou ente federado - estiverem sendo pensados a partir das coisas para as pessoas, as condições continuarão sendo essas. É preciso que o Estado brasileiro e sobretudo Minas Gerais coloquem como filosofia precípua de Governo que a economia é fundamental, que a situação econômica e financeira do Estado é importante, mas como ficam as pessoas? Tudo isso poderia ser pensado a partir das pessoas para as coisas.

Essa é a preocupação que o PFL vem demonstrando durante esses dias em que estamos passando por esta tribuna. Queremos uma visão nova de governo. Como disse, queremos que o Estado seja considerado dentro de seus três elementos - território, povo e governo - mas, nesta ordem: povo, território e governo. Se assim fosse, os estudantes estariam sendo atendidos em suas pretensões. A saúde pública também estaria sendo atendida em sua reivindicação maior: ter uma destinação do orçamento do Estado para se integrar de uma vez por todas no SUS. Hoje, o SUS recebe recursos do Ministério da Saúde e um recurso adicional da maioria dos municípios de Minas Gerais. A emenda apresentada ao orçamento do Estado criava condições e mecanismos para que o Governo do Estado também pudesse participar dessa solução compartilhada, enfrentando o problema da saúde pública.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossa preocupação era procedente. Não retardamos a votação como alguns disseram. Apenas resistimos um pouco mais para permitir que, nesse período, o Governo se manifestasse. Na outra audiência pública com os estudantes das unidades da UEMG, o Governo, através de seu Líder, disse que estudava a possibilidade de encaminhar uma mensagem a esta Casa para contemplar as universidades, sem a necessidade de enfrentarmos esse veto com a disposição com que estamos hoje. Daqui a pouco, concederei aparte à Deputada Elbe Brandão e tenho certeza de que, com a visão que tem e com sua preocupação com as questões sociais, dará grande contribuição ao nosso pronunciamento. O mesmo ocorre com o Deputado Rêmolô Aloise, a quem concederei a palavra logo após a Deputada Elbe Brandão. O Deputado Rêmolô Aloise, além de ser meu companheiro de partido, tem sido defensor intransigente das questões do ensino superior nesta Casa e, com certeza, tem grande contribuição a trazer ao nosso pronunciamento.

Estava dizendo que o relator da matéria que, com muito sacrifício físico conseguiu emitir esse longo parecer, teve a sensibilidade e foi o porta-voz dos sentimentos das bancadas desta Casa ao opinar pela rejeição dos vetos incidentes sobre os incisos LXXIII, LXXV, LXXVI, LXXIX, LXXX e LXXXII.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Agradeço o aparte. Gostaria que nossa reflexão sobre o tema fosse ampliada. Ouvi e li o relatório do Deputado Gil Pereira; os números e os incisos são tantos que precisaríamos estudá-lo melhor. Quando os Deputados vão votar contra ou a favor de um relatório, tenho absoluta certeza de que nem o próprio relator tem conhecimento pleno do que lê.

No decorrer desse relatório, ele cita pelo menos 70 números. Fala inciso LXXIII, que inciso é esse? Como vamos ter condição de votar um relatório do qual não temos conhecimento profundo?

Acho fundamental que o que V. Exa. fala possa ser ouvido pelos colegas, por isso gostaria que continuasse à tarde, porque com sua postura a favor da UEMG e da UNIMONTES convencerá muitos a estar junto com a bancada, já nem diria de Oposição, porque sei que há Deputados da base do Governo que não podem e não devem, em sã consciência, votar contra o ensino universitário e o desenvolvimento econômico.

Gostaria de refletir até sobre o orçamento. Quando o Governador veta um projeto como esse, será que não sabe que está previsto investimento para o hospital universitário de Montes Claros; que ele presta serviço para a população e de boa qualidade? Será que ele sabe que ao vetar a ampliação das obras que abrigarão o laboratório da Faculdade de Agronomia de Janaúba, que o Governo implantou, os alunos não terão seu curso reconhecido e não serão diplomados se não houver o término dessa construção?

Fico feliz de ver a juventude se posicionando, vindo aqui, principalmente estando presente hoje, representantes de Diamantina. Estão presentes também os alunos da UNIMONTES nesta Casa hoje. Quando vocês discutem a gratuidade do ensino, estão discutindo não só a formação de vocês, enquanto cidadãos, mas também o custo-benefício para a sociedade.

Será que o povo de Minas Gerais não vai querer médicos, professores e sociólogos formados? Não estamos falando de uma pessoa, mas no retorno que sua qualificação pode significar para o Estado.

Esquecem-se de que o trabalho de extensão das universidades leva ao campo saúde, consciência, cidadania e fomento à produção e à geração de emprego.

Que pudéssemos, Deputado Sebastião Costa, deixar para a reunião da tarde o avanço desta discussão, para podermos esmiuçar o que o relator, Deputado Gil Pereira, que é de Montes Claros e que tem e deve ter compromisso com a UNIMONTES, quis dizer com os números que citou: LXXII, LXXI, LXIX, XXIII. Está sendo contra ou a favor de quê? Os números passam, e não temos noção do que querem dizer. É preciso esclarecer tudo isso. O relator está sendo contra ou a favor da melhoria do campus de Diamantina, de Janaúba, ou de tantas outras cidades que a UEMG abraça?

Não estou penalizando o Deputado Gil Pereira, mas um relatório que vem sustentado em discussão com o Governo. Respeito o colega, como base de apoio ao Governo Itamar Franco, mas é preciso lembrar que apoiar não é ser subserviente, tampouco acatar um texto já posto.

Agradeço o aparte que me foi concedido e estarei com V. Exa. na parte da tarde, para mostrarmos à sociedade mineira, conceitualmente, o que as universidades representam: não apenas a formação dos jovens, mas avanço nas áreas de pesquisa, saúde, agricultura e do fomento ao emprego e à geração de renda em Minas Gerais. Que vejamos tudo de forma mais clara, de forma que os 77 Deputados possam votar com consciência e liberdade.

O Deputado Sebastião Costa* - Agradeço à Deputada Elbe Brandão pela intervenção. Tem razão quando diz que a pesquisa e a extensão são assuntos a serem tratados de forma conceitual e entendidos não como ação de Governo, mas como ação de Estado.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exa. e o aparte da Deputada Elbe Brandão, que vem bravamente lutando em prol do desenvolvimento da sua região, o Norte de Minas.

Ao ver estampada a faixa na galeria com os dizeres "O Vale do Jequitinhonha cansou de ser curral eleitoral", registro o quanto lamentável é presenciar, nesta Casa, um verdadeiro curral eleitoral diante de um veto do Governador do Estado.

A matéria que estamos discutindo é da maior importância. Conhecemos o valor da Emenda nº 49, do Deputado Paulo Piau, que destina à universidade 2% do orçamento, chegando à casa dos R\$150.000.000,00, para que fosse viabilizada a universidade que é criada nesta Casa. O Piauí, por exemplo, tem R\$400.000.000,00 no orçamento para sua universidade estadual. A importância fala acima dos interesses de todos. Peço a V. Exa. que faça uma reflexão profunda.

Regimentalmente, V. Exa. tem, no período da tarde, os 38min 46s que o painel acusa para usá-los quando o Plenário tiver quórum suficiente para discutirmos de maneira mais ampla essa grave questão das universidades estaduais.

Jovens estudantes, tenham a certeza de que, desde o primeiro momento, o PFL esteve interessado na questão da UEMG. A Emenda nº 49 foi iniciativa de todos nós desta Casa.

Quando o Deputado Alencar da Silveira Júnior aqui vem e usa de suas prerrogativas, dizendo que alguns Deputados estão mamando nas tetas do Governo, lamentamos essa terminologia, que não cabe numa discussão tão profunda como a questão educacional. País nenhum se desenvolve se não for por uma questão cultural. Obrigado.

O Deputado Sebastião Costa* - Agradeço o Deputado Rêmoló Aloise, que, desde o início, abordou muito bem a posição do PFL com relação a essa questão. Durante a discussão dessa matéria na Casa, a maioria dos Deputados do PFL esteve presente aos debates, consciente de que é preciso fortalecer a educação. A formação das pessoas é uma questão muito mais relevante e deve ser vista não como uma questão de Governo, mas como uma questão de Estado. É uma necessidade, não apenas uma vontade do governante.

Sr. Presidente, como a maioria dos parlamentares desta Casa, necessitamos de oportunidade para prosseguir a discussão. Estaremos aqui à tarde, à noite ou em qualquer horário designado pela Presidência para prosseguir na defesa intransigente dessas questões de interesse social. Nossa visão é que só se modifica o futuro preparando-se o presente.

Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Verificando a inexistência de quórum para prosseguir nossos trabalhos, solicito o encerramento da reunião, para que possamos utilizar o tempo que temos na parte da tarde e continuar o debate sobre esse importante tema. Fico muito contente com a expressiva participação do PFL durante os debates na reunião desta manhã, com a presença de V. Exa., dos Deputados Eduardo Hermeto, Rêmoló Aloise, Alberto Bejani, Sebastião Navarro Vieira e Paulo Piau, que não está em Plenário porque encontra-se na Comissão de Educação, presidindo uma audiência pública.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Bilac Pinto) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 243ª reunião ordinária, em 16/5/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Gil Pereira opinou pela manutenção do veto ao art. 5º e seu parágrafo único e aos incisos 9º, 10 a 13, 16, 21, 22, 24 a 26, 48 a 50, 59 a 62, 72, 84, 86 a 90, 94 a 96, 99, 100, 107, 5º, 17 a 19, 23, 35, 36, 40, 41 e 108; e pela rejeição do veto aos incisos 73, 75, 76, 79, 80 e 82, todos do Anexo VI do art. 8º.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.410/2001, da Mesa da Assembléia, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 16/5/2001

Pauta Complementar

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.458/2001, do Deputado João Leite.

Ordem do dia da 60ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 16/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.231/2000, do Deputado Ailton Vilela; 1.289/2000, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.306/2000, do Deputado Márcio Cunha; 1.336/2000, do Deputado Agostinho Silveira; 1.388/2001, do Deputado Pedro Pinduca; 1.423/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.227/2000, do Deputado Antônio Júlio; 1.332/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.445/2001, do Deputado Luiz Menezes; 1.467/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.471/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria.

Requerimentos nºs 2.031/2001, do Deputado Fábio Avelar; 2.033/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 2.186/2001, do Deputado Chico Rafael; 2.035/2001, do Deputado Dimas Rodrigues.

Finalidade: debater o Programa Especial de Treinamento - PET -, das entidades de ensino superior.

Convidados: Sras. Virginia Abuhib, do Departamento de Ciências Biológicas da PUC-MG; Maria Tereza Diniz Carneiro, bolsista do PET da UFMG; Sr. Fernando Augusto de Oliveira e Silveira, bolsista do PET da PUC-MG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 60ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 16/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.431 e 1.420/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.209/2001, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 16/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.172/2001, do Deputado Wanderley Ávila; 2.174/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.187/2001, do Deputado Dimas Rodrigues; 2.192/2001, da Deputada Maria Olívia; 2.193/2001, do Deputado Pastor George.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da CPI da Saúde, a realizar-se às 15 horas do dia 16/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 38ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 17/5/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 16/5/2001, destinadas à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.696, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimentos das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2001, e do Projeto de Resolução nº 1.410/2001, da Mesa da Assembléia, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 15 de maio de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Carlos Andrada, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/5/2001, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre a Emenda nº 1, apresentada em 1º turno no Plenário.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2001.

Cabo Morais, Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/5/2001, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Núbia Roberta Dias de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda. Objeto: fornecimento de passagens aéreas e serviços de reserva de hotéis, contratação de seguro de viagem, locação de veículos na localidade de viagem, traslados, recepção e de despachantes para obtenção de vistos. Objeto deste aditamento: adequação econômico-financeira do contrato. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

ERRATA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Diretor-Geral do IGAM

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 12/5/2001, pág. 48, col. 1, exclua-se da relação dos Deputados convocados o nome do Deputado Rogério Correia.